



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

TERMO DE CONTRATO Nº 002/2026

*CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE **SERVIÇOS DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO** QUE CELEBRAM ENTRE SI O **MUNICÍPIO DE JAGUARIÚNA/SP**, POR MEIO DE SUA CÂMARA MUNICIPAL, E **AMBIENTAL MEDICINA OCUPACIONAL S/S LTDA**, sob o regime da Lei nº 14.133/2021.*

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE JAGUARIÚNA**, Estado de São Paulo, **por meio de sua Câmara Municipal**, com sede na Rua Cel. Amâncio Bueno, 446, Centro desta Cidade de Jaguariúna, Estado de São Paulo – CEP. 13.910-009, e inscrição do CNPJ sob nº **51.313.955/0001-30**, doravante denominado **CONTRATANTE**, representado neste ato pelo Excelentíssimo Senhor **Presidente Vereador Rodrigo Reis de Souza**, brasileiro, solteiro, político, portador do RG Nº 41.967.564-4 e CPF Nº 380.116.348-28, e de outro lado, a empresa **AMBIENTAL MEDICINA OCUPACIONAL S/S LTDA**, situada à Rua Júlio Frank, nº 1392, Bairro: Centro, Cidade: Jaguariúna, Estado: São Paulo, CEP: 13.910-019, endereço eletrônico: juliana.mendes@asonet-jaguariuna.com.br, mauricio.mendes@asonet-jaguariuna.com.br, telefones: (19) 3837-5229 e (19) 3837-5235, devidamente inscrita no CNPJ sob nº **28.464.565/0001-49**, neste ato representada pela Sra. **Juliana Ferreira Mendes**, casada, Biomédica, sócia proprietária, residente na Rua: Ornado Pinola Filho, nº 140, Bairro: Parque Florianópolis, Cidade: Jaguariúna, Estado: São Paulo, CEP: 13.910-260, portadora do RG nº 28.138.331-2 e CPF nº 300.106.148-00, doravante denominado **CONTRATADO**, celebram o presente contrato de prestação de serviços com fornecimento de material, decorrente de **CONTRATAÇÃO DIRETA nº 43/2025**, fundamentado no art. 75, II da Lei Federal nº 14.133/2021, segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS

- 1.1. Fazem parte deste contrato, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de contratação direta antes nominado, inclusive a proposta apresentada pelo CONTRATADO, e **Termo de Referência com Anexo I (fls. 39 a 41)**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO (art. 92, I e II)

- 2.1 O objeto do presente Contrato é a **Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Segurança e Medicina do Trabalho** com foco na elaboração e acompanhamento dos programas legais (**PGR – PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS**, **LTCAT – LAUDO TÉCNICO DE CONDIÇÕES AMBIENTAIS DO TRABALHO**, **PCMSO – PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL**, **AET – ANÁLISE ERGONÔMICA DO TRABALHO**), realização de exames médicos ocupacionais, envio dos



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

eventos S-2220 e S-2240 ao e - Social e demais obrigações legais.

2.2 Os serviços visam atender aproximadamente 60 (sessenta) servidores da Contratante e serão executados em conformidade com as especificações contidas no Termo de Referência – Anexo I.

2.3 **Não será admitida subcontratação do objeto contratual.**

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS VALORES, DAS QUANTIDADES

3.1 O valor total para a presente contratação é de **R\$ 38.712,00 (Tinta e oito mil, setecentos e doze reais).**

3.2 As quantidades do presente objeto constam detalhadas na tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO/ CATMAT / CATSER	DESCRIÇÃO SIMPLIFICADA	UN	QTDE. TOTAL SERVIÇOS	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL
1	Elaboração de Programas de Gerenciamento de Riscos (PGR) em atendimento à Norma Regulamentadora Nº 1 (NR-1) do Ministério do Trabalho e Previdência e demais atos legais e normativas vigentes	Programas de Medicina e Saúde do Trabalho	Serv.	24	R\$ 27,00	R\$ 648,00
2	Elaboração de Laudos Técnicos das Condições Ambientais de Trabalho - LTCAT em atendimento à Lei Nº 8.213 de 24 julho de 1991 e demais atos legais e normativos vigentes.	Programas de Medicina e Saúde do Trabalho	Serv.	24	R\$ 50,00	R\$ 1.200,00
3	Elaboração de Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO em atendimento à Norma Regulamentadora Nº 7 (NR-7) do Ministério do Trabalho e Previdência e demais atos legais e normativos vigentes	Programas de Medicina e Saúde do Trabalho	Serv.	24	R\$ 16,00	R\$ 384,00
4	Laudo de Avaliação Ergonômico do Trabalho (AET) - (RN 17).	Programas de Medicina e Saúde do Trabalho	Serv.	24	R\$ 240,00	R\$ 5.760,00
5	Gestão mensal de SST e e- Social com sistema informatizado, armazenamento em nuvem, mensageira de dados, acesso online para consultas de resultados e documentação técnica.	Envio mensal de e social	Serv.	24	R\$ 150,00	R\$ 3.600,00
6	ASO – Atestado de Saúde Ocupacional (exame clínico ocupacional).	Exames clínicos de Medicina e Saúde do Trabalho	Serv.	120	R\$ 2,00	R\$ 240,00



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

	Avaliação Clínica Ocupacional	Exames clínicos de Medicina e Saúde do Trabalho	Serv.	120	R\$ 42,00	R\$ 5.040,00
8	Avaliação da Acuidade Visual	Exames clínicos de Medicina e Saúde do Trabalho	Serv.	120	R\$ 18,00	R\$ 2.160,00
9	ECG - Eletrocardiograma	Exames clínicos de Medicina e Saúde do Trabalho	Serv.	08	R\$ 40,00	R\$ 320,00
10	EEG – Eletro encefalograma	Exames clínicos de Medicina e Saúde do Trabalho	Serv.	08	R\$ 60,00	R\$ 480,00
11	Avaliação Psicossocial	Exames clínicos de Medicina e Saúde do Trabalho	Serv.	08	R\$ 100,00	R\$ 800,00
12	Hemograma	Exames clínicos de Medicina e Saúde do Trabalho	Serv.	16	R\$ 18,00	R\$ 288,00
13	Glicemia	Exames clínicos de Medicina e Saúde do Trabalho	Serv.	08	R\$ 10,00	R\$ 80,00
14	Gama-GT	Exames clínicos de Medicina e Saúde do Trabalho	Serv.	08	R\$ 10,00	R\$ 80,00
15	Protoparasitológico de fezes	Exames clínicos de Medicina e Saúde do Trabalho	Serv.	08	R\$ 12,00	R\$ 96,00
16	Rotina de urina	Exames clínicos de Medicina e Saúde do Trabalho	Serv.	08	R\$ 12,00	R\$ 96,00
17	Avaliação Clínica MTB	Exames clínicos de Medicina e Saúde do Trabalho	Serv.	08	R\$ 80,00	R\$ 640,00
18	Avaliação com Psicólogo	Exames clínicos de Medicina e Saúde do Trabalho	Serv.	120	R\$ 130,00	R\$ 15.600,00
19	Questionário SRQ - 20 (psicossocial)	Questionário em acordo a NR-1	Serv.	120	R\$ 10,00	R\$ 1.200,00
TOTAL						R\$ 38.712,00

ITEM	CATMAT / CATSER	Descrição simplificada	Tempo de execução	Tempo de entrega
1	Elaboração dos documentos LTCAT<PGR<PCMSO e AET + gestão mensal e envio de e-social	Programas de Medicina e Saúde do Trabalho e envio mensal de e-social	30 dias corridos	40 dias corridos



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

3.3 Serão consideradas inclusas todas as despesas concernentes à execução do objeto, com o fornecimento de material, encargos sociais, ferramental, equipamentos, transporte, traslado dos materiais a serem utilizados, assistência técnica, benefícios, despesas indiretas, tributos e quaisquer outras incidências.

CLÁUSULA QUARTA – EXECUÇÃO

4.1 Do Local de Execução dos Serviços

4.1.1 Os serviços prestados deverão ser efetuados mediante **Autorização de Fornecimento de Serviço**, emitida por responsável competente do Setor de Compras devidamente assinada pelo Presidente desta Câmara Municipal.

4.1.2 Os serviços serão executados na Câmara Municipal de Jaguariúna, situada à rua Cel. Amâncio Bueno, 446, Centro, CEP 13910-009, Jaguariúna/SP, no horário das 8h30min às 16h30min, de segunda a sexta-feira (dias de expediente).

4.1.3 O fornecedor não poderá formalizar o serviço sem a referida Autorização de Fornecimento.

4.1.4 Os serviços realizados em desconformidade com este Termo de Referência serão reprovados.

4.2 Da Execução dos serviços mensais e por demanda

a) SERVIÇOS DE NATUREZA CONTINUADA (COBRANÇA MENSAL):

São aqueles que **existem independentemente de ter exame ou não no mês**:

ITEM	SERVIÇO
01	Elaboração / manutenção do PGR
02	Elaboração / atualização do LTCAT
03	Elaboração / manutenção do PCMSO
04	AET – Análise Ergonômica
05	Gestão mensal de SST e eSocial

b) SERVIÇOS SOB DEMANDA (FATO GERADOR):

Somente existem quando ocorre:

- admissão
- demissão
- retorno ao trabalho
- mudança de função
- exigência ocupacional
- monitoramento periódico

Logo, NÃO podem ser pagos mensalmente fixos:



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

ITEM	SERVIÇO
06	ASO
07	Avaliação Clínica Ocupacional
08	Acuidade Visual
09	ECG
10	EEG
11	Avaliação Psicossocial
12	Hemograma
13	Glicemia
14	Gama GT
15	Parasitológico
16	Urina
17	Avaliação Clínica MTB
18	Avaliação com Psicólogo
19	Questionário SRQ-20

CLÁUSULA QUINTA – DA FORMA DE EXECUÇÃO E REGIME DE COBRANÇA DOS SERVIÇOS

5.1 Os serviços da presente contratação serão executados sob dois regimes distintos, conforme sua natureza técnica e operacional, a saber:

I – Serviços de execução continuada (cobrança mensal)

Serão considerados serviços de natureza continuada aqueles relativos à elaboração, implementação, gerenciamento, atualização e manutenção dos programas legais de Segurança e Medicina do Trabalho, compreendendo:

- a) Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR;
- b) Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT;
- c) Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO;
- d) Análise Ergonômica do Trabalho – AET;
- e) Gestão mensal de Segurança e Saúde do Trabalho – SST;
- f) Envio dos eventos S-2220 e S-2240 ao eSocial.

Tais serviços serão prestados de forma contínua durante toda a vigência contratual, independentemente da ocorrência de exames ocupacionais, sendo remunerados mediante pagamento mensal fixo.

II – Serviços de execução sob demanda (cobrança unitária)

Serão executados sob demanda os serviços relativos à realização de exames clínicos ocupacionais, laboratoriais e avaliações complementares previstos no Termo de Referência, os quais dependerão de solicitação formal da CONTRATANTE.

A execução destes serviços estará condicionada à efetiva necessidade administrativa, tais como:



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

- admissão;
- demissão;
- retorno ao trabalho;
- mudança de função;
- monitoramento periódico;
- ou outras hipóteses previstas nas Normas Regulamentadoras.

A remuneração destes serviços ocorrerá de forma unitária, conforme valores constantes na planilha contratual, sendo vedada sua cobrança em caráter mensal fixo.

5.2 Do Prazo da Execução dos Serviços

5.2.1 A prestação dos serviços deverá ser realizada em **até 30 dias corridos para aprovação da contratante e sua entrega final em até 40 dias** da formalização da Autorização de Fornecimento do Serviço, obedecendo os períodos de execução do objeto conforme cronograma de execução, podendo ser prorrogado por igual período a critério da contratante.

5.3 Do Recebimento do Objeto/Serviços

- 5.3.1 O recebimento do objeto contratado ficará sob a responsabilidade da Comissão de Fiscalização designada através de **Portaria nº 082/2025** e em conformidade com a **Resolução 233/24** desta Câmara Municipal;
- 5.3.2 Na hipótese de os serviços/entregas não estarem em conformidade com o solicitado, tal fato será comunicado à CONTRATADA, com discriminação das providências imediatas a serem dotadas, sob pena de adoção das sanções administrativas cabíveis;
- 5.3.3 Os serviços realizados em desconformidade com este **TERMO DE REFERÊNCIA** serão reprovados;
- 5.3.4 Para o recebimento e aceitação do objeto, serão observadas no que couber, as disposições contidas no artigo 140, I da Lei Nº 14.133/2021, mediante termo circunstanciado, das seguintes formas:
- 5.3.4.1 **Provisoriamente**, em até 5 (cinco) dias úteis, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, conforme Resolução nº 233 de 21 de fevereiro de 2024;
- 5.3.4.2 **Definitivamente**, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais após o recebimento provisório, ou da data de conclusão das correções efetuadas com base no disposto nos itens acima, uma vez verificado a execução satisfatória dos serviços;
- 5.3.5 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança dos serviços prestados, nem a ético-profissional pela perfeita execução contratual, dentro dos limites estabelecidos pela lei.
- 5.3.6 A execução dos serviços deste objeto, deverá ser realizada seguindo todas as orientações e exigências da Autorização de Serviço e todas as especificações determinadas pelo **CONTRATANTE**, de acordo com as especificações técnicas contidas no **TERMO DE REFERÊNCIA** e **TERMO DE CONTRATO**;
- 5.3.7 Os serviços prestados em desacordo com o especificado no Termo de Referência serão rejeitados, parcial ou totalmente, conforme o caso, e a **CONTRATADA** será obrigada a refazê-los



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

dentro do prazo de entrega estabelecido, sob pena de incorrer atraso quanto ao prazo de execução;

- 5.3.8 A notificação suspende os prazos de recebimento e de pagamento até que a irregularidade seja sanada;
- 5.3.9 Na hipótese de os serviços não estarem em conformidade com o solicitado, tal fato será comunicado à **CONTRATADA**, com discriminação das providências imediatas a serem dotadas, sob pena de adoção das sanções administrativas cabíveis;
- 5.3.10 O **CONTRATANTE** poderá suspender ou mandar paralisar o serviço em andamento que não esteja sendo executado dentro das exigências e orientações emitidas por esta;
- 5.3.11 O aceite ou aprovação do objeto pelo **CONTRATANTE** não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA** por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Contrato, verificadas posteriormente, garantindo-se ao **CONTRATANTE**, inclusive, defesa previstas em Lei.

5.4 Do Local e das condições de atendimento de consulta/exames

- 5.4.1 A **CONTRATADA** deverá realizar os exames dentro do Município de Jaguariúna/SP sendo nos casos excepcionais e justificados, os exames poderão ser realizados em outro local e município sendo de responsabilidade da Contratada os custos com deslocamento dos servidores para o local designado. Os serviços de elaboração dos programas e laudos (Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR; Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO; Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT e Avaliação Ergonômica do Trabalho - AET, em todos os departamentos da **CONTRATANTE** e respectivos unidades subordinadas, atendendo a um número estimado em 60 servidores.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1 Da Condição de Pagamento

- 6.1.1 Câmara Municipal de Jaguariúna efetuará o pagamento no prazo de 30 (trinta) dias corridos, após a emissão da Nota Fiscal e consequente aceite, devendo estas serem emitidas após a realização de cada serviço;
- 6.1.2 Os preços apresentados deverão estar em conformidade com as especificações técnicas e quantidades descritas, os quais serão considerados como finais e irrevogáveis pelo período de 12 meses, tendo em vista que após esse período poderá ser reajustado pelo índice de IPCA;
- 6.1.3 Para o devido pagamento, o fornecedor deve obrigatoriamente possuir conta no Banco do Brasil ou gerar boleto bancário;
- 6.1.4 Ao ser emitida a nota fiscal referente ao objeto, a mesma deverá ser encaminhada ao Fiscal, através dos e-mails que será informado após a assinatura do contrato;
- 6.1.5 Havendo rejeição da NF ou boleto, no todo ou em parte, a **CONTRATADA** deverá refazê-la no prazo de 02 (dois) dias úteis, observando as condições estabelecidas para a prestação nos prazos estabelecidos neste instrumento, contados a partir da notificação expedida pelo **CONTRATANTE**;
- 6.1.6 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a **CONTRATADA** providencie as medidas saneadoras, exceto quanto à parte incontroversa, que será devidamente adimplida;
- 6.1.7 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão **CONTRATANTE** atestar a execução do objeto do contrato;



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

- 6.1.8 Deverão estar incluídos no valor os encargos sociais, custos operacionais, impostos, taxas, seguros, transportes, embalagens, licenças, despesas de frete e todas as demais despesas necessárias para o bom cumprimento na prestação dos respectivos serviços;
- 6.1.9 Devido ao encerramento do exercício financeiro, a nota fiscal referente ao serviço prestado em novembro deverá ser encaminhada impreterivelmente até o dia 06 de dezembro de 2025.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE

- 7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado (consolidação da pesquisa de preços), **em 03/11/2025.**
- 7.2 Após o interregno de um ano os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do(índice adotado pela Administração).
- 7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 7.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 7.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 8.1 **Não será exigida garantia contratual para a presente contratação.**

CLÁUSULA NONA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 9.1 **Dotação Orçamentária:** A presente contratação será custeada com recursos do Tesouro conforme abaixo:
- 9.2 **Ficha 10:** Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Dotação Orçamentária: 01.51.02.01.031.0001.2001.3.3.90.39.
- 9.3 **Subelemento: 50** - Serviço Médico-Hospitalar, Odontológico e Laboratoriais.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA

- 10.1 **Vigência:** Prazo de Vigência: O presente contrato terá vigência de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da assinatura da Autorização de Fornecimento de Serviço (AFS).
- 10.2 **Forma de Execução e Cronograma:** Os serviços serão executados conforme as seguintes metodologias:
 - I. Serviços de Etapa Única (Estruturais):** A elaboração dos documentos LTCAT, PGR, PCMSO e AET (previstos no item 1 da tabela da Cláusula 4.2) deverá ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias para execução e entrega final em até 40 (quarenta) dias, contados da autorização inicial.
 - Manutenção:** Após a entrega, eventuais ajustes ou manutenções nestes programas serão realizados sem custo adicional, desde que restritos ao escopo inicialmente contratado.
 - II. Serviços Contínuos (Gestão):** A gestão mensal e o envio das informações ao sistema e-Social ocorrerão de forma ininterrupta durante toda a vigência do contrato, com pagamentos mensais conforme o item 4.2, alínea "a".



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

III. Serviços Sob Demanda (Eventuais): Os demais serviços (itens 6 a 19 da tabela da Cláusula 4.2) serão executados apenas quando houver necessidade da Administração, mediante solicitação específica.

10.3 Prorrogação: A vigência deste contrato poderá ser prorrogada por meio de Termo Aditivo, conforme o art. 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que haja interesse comum entre as partes e que as condições se mantenham vantajosas para a Administração Pública.

10.4 Encaminhamento: A prorrogação deverá ser solicitada pela Contratante à Contratada, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do término da vigência.

10.5 Aviso de Não Interesse (Contratada): A Contratada deverá comunicar formalmente à Contratante sobre a ausência de interesse na prorrogação do contrato com uma antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias do seu término.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) gestor e fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, observado o disposto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e as respectivas atribuições fixadas pela resolução 233 de 2024, desta Câmara Municipal.

11.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

11.3 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos ao gestor do contrato para as providências cabíveis.

11.4 O acompanhamento e a fiscalização da entrega do objeto em questão ficarão sob a responsabilidade do FISCAL e GESTOR do contrato.

11.5 A ação ou omissão, total ou parcial, do órgão fiscalizador não eximirá a **CONTRATADA** da total responsabilidade de executar os serviços, com toda cautela e boa técnica;

11.6 Fica nomeado como Gestor do presente termo, através de **Portaria nº 101/2025**, servidor desta Casa de Leis;

11.7 Fica nomeado Fiscal ou Comissão de Fiscalização do presente termo, através de **Portaria nº 82/2025**, servidor desta Casa de Leis;

11.8 O fiscal terá acesso a todas as áreas e informações necessárias para avaliar o desempenho da **CONTRATADA**;

11.9 A fiscalização será realizada de forma remota, em conformidade com a natureza da prestação dos serviços;

11.10 O **CONTRATADO** deve manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do art. 92, XVI, da Lei nº 14.133/21.

11.11 Caberá ao fiscal do contrato verificar a manutenção das condições de habilitação do contratado, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

11.12 Para fins de **HABILITAÇÃO JURÍDICA**, deverá o contratado comprovar os seguintes requisitos:

11.12.1 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

11.12.2 **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

11.12.3 **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.12.4 **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

11.12.5 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.12.6 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

11.13 Para fins de **HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**, nos termos do art. 68 da Lei nº 14.133/21, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

- I. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- II. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- III. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- IV. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- V. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- VI. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- VII. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- VIII. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- IX. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E CONTRATADA:

12.1 DA CONTRATADA:

- 12.1.1 **A CONTRATADA** deve cumprir todas as obrigações constantes da proposta aceita e Termo de Referência, assumindo exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 12.1.2 Efetuar a entrega do objeto e a execução dos serviços em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes do processo de contratação direta;
- 12.1.3 Comunicar a CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade referente à execução dos serviços, bem como atender prontamente as suas observações e exigências e prestar os esclarecimentos solicitados.
- 12.1.4 Comunicar a CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- 12.1.5 Entregar o produto de acordo com o pactuado, não sendo aceito em nenhuma hipótese produto similar, remanufaturado, reciclado ou pirateado;
- 12.1.6 A CONTRATADA deverá manter a confidencialidade de todos os dados e informações concedidas.
- 12.1.7 Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, em conformidade com as especificações técnicas, nos termos da legislação vigente, ou quaisquer outras que vierem a substituí-la, alterá-la ou complementá-la;
- 12.1.8 Não possuir administrador ou sócio com poder de direção, com vínculo de parentesco com agente político ou funcionário público da Câmara Municipal de Jaguariúna;
- 12.1.9 Responsabilizar-se, civil e criminalmente, pelos danos e prejuízos causados de forma direta ou indireta decorrentes de culpa ou dolo decorrentes de sua execução a **CONTRATANTE** ou a terceiros, não excluindo ou reduzindo sua responsabilidade independente do acompanhamento e fiscalização da CONTRATANTE;
- 12.1.10 É responsável também pela qualidade na execução do objeto, cabendo-lhe verificar o atendimento dos padrões e condições exigidos, e assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 12.1.11 Responsabilizar-se-á pelos recolhimentos de tributos que venham a incidir sobre o objeto deste contrato, arcando inclusive com os tributos federais, estaduais e municipais, que porventura incidam ou incidirão sobre o respectivo contrato bem como os encargos sociais, trabalhistas e previdenciários;
- 12.1.12 Não transferir, total ou parcialmente, os direitos e obrigações vinculadas à contratação;
- 12.1.13 Levar imediatamente, ao conhecimento da **CONTRATANTE**, qualquer fato anormal ou extraordinário que ocorrer na execução do objeto contratado, para adoção das medidas cabíveis;
- 12.1.14 Em observância à **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais**, a **CONTRATADA** deve se abster de divulgar ou repassar quaisquer dados pessoais e de cadastro dos agentes públicos da CONTRATANTE, registrados no sistema e mantidos sob sua guarda, salvo se expressamente autorizado pela CONTRATANTE.

12.2 DA CONTRATANTE:



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

- 12.2.1 Receber o objeto no prazo e nas condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 12.2.2 Notificar por escrito a ocorrência de irregularidades durante a execução dos serviços, bem como comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 12.2.3 Permitir o acesso dos empregados da CONTRATADA às instalações da CONTRATANTE para o cumprimento das rotinas de trabalho que visem a continuidade da prestação do serviço, desde que tenham sido credenciados pela CONTRATANTE e exclusivamente para atender o objeto em conformidade com o Termo de Referência;
- 12.2.4 Acompanhar e fiscalizar os serviços, objeto do Termo de Referência e obrigações do CONTRATADO, por meio de representante designado para esse fim, realizando todos os registros que achar necessário;
- 12.2.5 Expedir a Autorização de Fornecimento de Serviços imediatamente após autorização do presidente;
- 12.2.6 Apurar e aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- 12.2.7 Convocar a CONTRATADA para reuniões, sempre que necessário;
- 12.2.8 Prestar ao supervisor/preposto da CONTRATADA as informações e esclarecimentos de que disponha e que eventualmente venham a ser solicitados;
- 12.2.9 Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do objeto, em especial quanto à aplicação de sanções e alterações e repactuações do mesmo;
- 12.2.10 Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros, em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES

- 13.1 Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#), o contratado que:
 - a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total do contrato;
 - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 13.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
 - i) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
 - ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem 12.1 deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
 - iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem 12.1 deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv) Multa:

(1) moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 7 (sete) dias;

a. O atraso superior a 7 (sete) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o [inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133/2021](#).

(2) compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

- 13.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021](#)).
- 13.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021](#)).
- 13.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133/2021](#)).
- 13.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/2021](#)).
- 13.7 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 13.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133/2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 13.9 Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021](#)):
- 13.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 13.9.2 as peculiaridades do caso concreto;
 - 13.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 13.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante;
 - 13.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 13.10 Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133/2021](#) ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846/2013](#) serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).
- 13.11 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133/2021](#)).
- 13.12 A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133/2021](#)).

- 13.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

- 14.1 O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
- 14.2 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/2021](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 14.3 Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.
- 14.4 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 14.5 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 14.6 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:
- 14.7 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 14.8 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 14.9 Indenizações e multas.
- 14.10 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133/2021](#)).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

- 15.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021](#).
- 15.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 15.3 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133/2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS (ART. 92, III)

- 16.1 Os casos omissos serão decididos pela Contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133/2021](#) e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

- 17.1 Fica eleito o Foro da Comarca de JAGUARIÚNA, Estado de São Paulo, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para solução de eventuais conflitos de interesses oriundos do presente Contrato.

E, por assim estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento, em 3(três) vias de igual forma e teor.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Jaguariúna, 17 de março de 2026.

CONTRATANTE:

Presidente

Vereador Rodrigo Reis de Souza



Documento assinado digitalmente

RODRIGO REIS DE SOUZA

Data: 27/03/2026 11:16:09-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



Documento assinado digitalmente

LUANA APARECIDA PERON

Data: 24/03/2026 09:16:55-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

TESTEMUNHA:

Gestora: Luana Aparecida Peron

Assistente Administrativo

Matrícula: 176

CONTRA



Documento assinado digitalmente

JULIANA FERREIRA MENDES

Data: 23/03/2026 19:32:39-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Representante Legal

Juliana Ferreira Mendes



Documento assinado digitalmente

EDSON TEIXEIRA TAVARES

Data: 24/03/2026 12:08:56-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

TESTEMUNHA:

Fiscal: Edson Teixeira Tavares

Analista Legislativo

Matrícula: 179